

Comitê Regional para Parcerias com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais da Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Floresta – GCF-FT



Realização:



Parceria:



OPIRJ - Organização dos Povos Indígenas do Juruá



Apoio:



Sumário

Apresentação _____	4
O que é o Comitê Regional para Parceria com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais _____	5
Como surgiu a proposta de criar o Comitê Regional? _____	7
Construindo a proposta do Comitê Regional _____	8
Apoio dos secretários de meio ambiente da Amazônia Legal à proposta orientadora de criação do Comitê Regional _____	10
Comitê Regional é reconhecido pelos governadores do GCF-FT _____	10
Pandemia do novo coronavírus e ações do Comitê Regional: Mais Fortes Juntos _____	13
A importância da participação das mulheres nos espaços de governança climática ____	15
O aumento dos desmatamentos e queimadas _____	16
Passos seguintes e a importância de fortalecer o funcionamento do Comitê Regional __	17

Apresentação

A Comissão Pró Índio do Acre – CPI Acre, em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAIAC e com lideranças indígenas do Acre e de outros estados da Amazônia Legal, por meio do Programa de Políticas Públicas e Articulação Regional – PPAR, na execução do Projeto Corredor Socioambiental Alto Juruá – Purus: Conservação de florestas e de direitos dos povos indígenas e tradicionais, busca promover e apoiar a participação qualificada dos povos indígenas, através de seus representantes, nos espaços de governança e participação, sobre as políticas públicas com foco no clima e florestas. Esse documento reporta momentos importantes da participação indígena nos ambientes da Força Tarefa de Governadores para Clima e Floresta – GCF - FT e a construção coletiva do seu Comitê Regional para parcerias entre Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e governos da Amazônia Legal.

A governança climática é um dos temas presentes nas discussões da CPI-Acre e seus parceiros indígenas, uma vez que a participação efetiva é um dos meios para garantir que as necessidades dos povos estejam representadas na construção dessas políticas socioambientais que são de fundamental importância para a manutenção das florestas e seus ativos. E um dos resultados esperados do Projeto Corredor Socioambiental Alto Juruá-Purus é que se efetivem os direitos e conhecimentos dos povos indígenas e comunidades tradicionais nas estratégias de REDD+ da Força Tarefa de Governadores para Clima e Floresta – GCF/Brasil, por meio da realização e promoção da participação dos povos nesses espaços, quer seja em reuniões, eventos, encontros e outros relacionados ao tema.

Nesse documento conheceremos um pouco mais da atuação do Comitê Regional - que tem se mostrado um espaço com grande potencial para facilitar o diálogo entre os diversos atores que habitam as florestas da Amazônia e os governos, possibilitando a participação direta na construção de entendimentos, marcos e estratégias para conservação da Amazônia e na construção e governança de políticas públicas voltadas para a manutenção e utilização dos recursos naturais com foco na melhoria do clima. Esse espaço, desde a sua criação e reconhecimento, avançou na construção de pontes e diálogos necessários para sua consolidação, possuindo, hoje, um Grupo de Trabalho com representantes indígenas, de comunidades tradicionais e parceiros, que trabalham para a ampliação do seu funcionamento.



Encontro em Rio Branco, Acre. Foto: Ramon Aquin

O que é o Comitê Regional para Parceria com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais?

É a reunião de um grupo de representantes indígenas, representantes de comunidades tradicionais e representantes de governos da Amazônia brasileira, que constitui um espaço de diálogo com representantes dos Estados Membros da **Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF – FT)**.

O que é a Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (Força Tarefa GCF) e o que os Povos Indígenas tem a ver com isso?

O GCF-FT foi criado em 2008 para facilitar e incentivar os estados subnacionais e províncias a criarem políticas ambientais e climáticas em seus territórios. Hoje, o GCF-FT conta com 38 governos de 10 países! É muita gente com muita ideia diferente pensando sobre meio ambiente, clima e populações locais.

Os povos indígenas e comunidades tradicionais, em sua maioria, são os grandes responsáveis pela conservação de florestas e de toda biodiversidade associada, que contribui diretamente para a regulação do clima a nível global.

Por isso, incluir os povos indígenas e comunidades tradicionais nas discussões sobre as políticas ambientais e climáticas, levando em consideração seus modos de vida, conhecimentos e propósitos para a conservação da floresta e manutenção de serviços ambientais, é fundamental para uma efetiva aliança global para o equilíbrio do clima.

O objetivo do Comitê Regional é facilitar o diálogo, promovendo a participação e inclusão dos povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia brasileira nas políticas e estratégias de conservação das florestas e enfrentamento das mudanças climáticas dos nove estados da região, que fazem parte do GCF-FT.

O Comitê Regional também contribui com o Comitê Global para Povos Indígenas e Comunidades Locais do GCF-FT, levando os diálogos e compromissos assumidos regionalmente, para uma esfera global. O Comitê Global tem o objetivo de fortalecer parcerias entre os governos subnacionais, povos indígenas e comunidades locais, promove intercâmbio de experiências de parcerias bem sucedidas, além do diálogo e incidência em políticas internacionais para proteção de florestas, redução de emissões de gases do efeito estufa e melhoria dos meios de subsistência.

O Comitê Regional para parcerias com povos indígenas e comunidades tradicionais do GCF-FT é interessante porque ali estão as representações dos nove estados da Amazônia brasileira de instituições governamentais, representantes não governamentais que acompanham e representantes indígenas e de comunidades tradicionais. Estamos ainda em construção. Ainda é preciso definir critérios de como será a participação indígena. Ao nosso ver, os representantes das organizações indígenas contribuem com discursos mais acalorados para que os direitos dos povos sejam efetivados nos territórios. A médio prazo, temos que captar recursos para que cada estado possa desenvolver os projetos nos territórios. A questão é sobre a execução, que tem que ser a partir de uma parceria dos povos indígenas, sociedade civil e governo.

(TOYA MANCHINERI, 2020)

Como surgiu a proposta de criar o Comitê Regional?

Agosto de 2018

A proposta surgiu no Acre, durante o Seminário “A participação indígena em Políticas de Mudanças do Clima: do local ao internacional”, em agosto de 2018, quando foram construídas de maneira coletiva, recomendações para constituir e formalizar o diálogo entre os povos indígenas e os governos subnacionais do GCF - FT Brasil.

Francisca Arara explica muito bem o que foi o início dessa articulação:

Em Rio Branco (Acre), foi realizado o Seminário “A participação indígena em Políticas de Mudanças do Clima: do local ao internacional”

Em agosto de 2018, nós, com o apoio da Rede de Cooperação Amazônica (RCA), da Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre), apoiados pelo Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Estado do Acre (IMC), pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (SEMA) e as nove organizações que fazem parte da RCA, tivemos uma reunião no Acre. Nós criamos uma proposta de ter o Comitê Regional para os nove estados que fazem parte da Amazônia, para respaldar a representação dentro do GCF - FT.

Os governos também precisam apoiar as organizações indígenas com recurso, porque hoje nós temos feito isso com o apoio da sociedade civil e com a nossa vontade. Isso seria muito bom porque não pode existir uma política de diálogo, consulta, participação entre governo e povos indígenas, se não houver essa parceria. Essa parceria vem com apoio, com espaço, com governança para funcionar esse Comitê.

Então, com esse propósito, a gente criou uma proposta do Comitê Regional que precisa ser levada em conta no GCF - FT e no Brasil, para a gente ter uma voz mais qualificada para o nosso trabalho dentro do GCF - FT; para a gente trazer mais força, mais participação e ter a voz de todos os estados da Amazônia, ter a voz do Brasil dentro do GCF.

(Francisca Oliveira Arara, maio de 2019)

A proposta de criação do Comitê Regional para Parcerias com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do GCF-FT foi apresentada no Encontro Anual do GCF-FT, realizado em Caquetá, Colômbia em maio de 2019. Os governadores votaram a favor da proposta de criar o Comitê Regional.

Ficou recomendado que os governos que fazem parte do GCF-FT precisavam desenvolver em seus estados um espaço de discussão, para levar representações para o Comitê Global, respaldadas no diálogo regional.

Construindo a proposta do Comitê Regional

Outubro de 2019

As lideranças precisavam continuar se reunindo para construir e consolidar a proposta de criação do Comitê Regional. Foi por isso que, em outubro de 2019, em Rio Branco, Acre, reuniram-se 23 lideranças indígenas de 09 estados da Amazônia brasileira membros do GCF-FT, 03 membros do Conselho Nacional das Comunidades Tradicionais (CNS), representantes da sociedade civil organizada e alguns representantes de governos, no Encontro de Lideranças da Amazônia Brasileira – Construindo propostas para a participação indígena na Força Tarefa GCF.

Nesse encontro foi possível promover um espaço de diálogo e nivelamento de informações, sobre o funcionamento do GCF-FT; também nivelar informações sobre o papel do Comitê Global de Povos Indígenas e Populações Tradicionais do GCF-FT; atualizar os encaminhamentos da Reunião Anual do GCF-FT, que ocorreu em Caquetá, Colômbia; e o mais importante, que foi a ampliação da participação de lideranças indígenas e de comunidades tradicionais para a construção da proposta orientadora para a criação do Comitê Regional e de como melhorar a incidência política nas agendas a nível regional e global

Em Rio Branco (Acre), aconteceu o Encontro de Lideranças da Amazônia Brasileira – Construindo propostas para a participação indígena na Força Tarefa GCF

As mudanças climáticas estão aí e vai prejudicar todos nós, se não tivermos uma posição proativa. É uma atenção que não só os povos têm que ter, mas a sociedade civil também. Se a gente começar a olhar política pública numa perspectiva mais econômica de pessoas com poder, teremos grandes problemas. As políticas públicas precisam sempre estar atenta ao povo. Ela não pode ser pensada de cima pra baixo, sem considerar quem está nos territórios. A Amazônia pode sim ser desenvolvida a partir dos povos. Essa proximidade dos povos indígenas e comunidades tradicionais tem que ser criada. Os governadores têm que considerar a nossa experiência, ouvindo as comunidades. Não podemos esperar o governo, nós temos que ter o protagonismo e nessa questão temos que nos unir, traçar um diálogo comum entre as comunidades. Se a gente não se unir, é um risco muito grande de nos exterminar.

A medida que a população vai crescendo, vai aumentado a necessidade de nos organizarmos. A nossa base está lá no território. Não podemos ter só a habilidade política para conversar com o governo, mas ter estratégias para que isso chegue nas bases. Há uma desconexão muito grande do que acontece na prática. Temos que mostrar a valorização do nosso território.

Um dos primeiros pontos é que se proponha esses espaços nos estados

subnacionais. Um segundo ponto é uma autorreflexão. A gente deve se reunir estrategicamente para mostrar a importância do nosso território. Temos que discutir e chegar a pontos objetivos tanto a nível local quanto internacional. Temos que ter esse afinamento de diálogo entre povos indígenas e comunidades tradicionais para ser propositivo. Um terceiro ponto é ter espaços para legitimar. A gente precisa, mais do que criar esses espaços, pensar em ferramentas para dominar esse espaço. Nós temos que construir desde a base, não assinar uma coisa que já está pronta. Seja no contexto do país ou no contexto global. 80% das áreas preservadas estão com os povos tradicionais. Sem o território não somos nada, temos que estar unidos, integrados. Esse espaço é importante para isso.

(Dione Nascimento, representante do CNS, 2019)



*Encontro em Rio Branco, Acre.
Foto: Ramon Aquin*

A recomendação dos participantes para a composição do Comitê Regional é que o mecanismo tenha lideranças e organizações indígenas de cada estado amazônico, organizações indigenistas da sociedade civil e órgãos dos governos subnacionais com interface direta com povos indígenas. Ao final do encontro, as lideranças criaram um Grupo de Trabalho com oito representações indígenas e uma de comunidade tradicional, coordenado por Toya Manchineri da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), para analisar a proposta da criação do Comitê Regional – construída nos dois dias do evento – e assessorar o Comitê Global de Povos Indígenas e Populações Locais.

Participaram do GT para criação do Comitê Regional: Toya Manchineri (COIAB), Eriton Fabrício (FEIR), Narubia Werreria (Povo Iny, Tocantins), Sinéia do Vale Wapichana (CIR), Shirlei de Lima (AGIR), Puyr dos Santos Tembê (FEPIPA), Eclêmilda Silva (Governo do Amapá) Valdenilda (Governo de Rondônia) e Dione Nascimento (CNS).

Apoio dos secretários de meio ambiente da Amazônia Legal à proposta orientadora de criação do Comitê Regional

Outubro de 2019

O Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal se reuniu em 2019, em Porto Velho, Rondônia. Na ocasião a representante do governo do Acre pelo IMC, Julie Messias, apresentou o documento com a proposta do Comitê Regional elaborado pelo grupo de trabalho com representações indígenas e de comunidades tradicionais, para os secretários e representantes de governo dos nove estados da Amazônia Legal.

Depois de alguns ajustes, todos endossaram a pertinência do Comitê Regional. O resultado foi importante para uma postura ainda mais confiante dos povos indígenas e comunidades tradicionais para o Fórum de Governadores da Amazônia Legal que se realizou posteriormente, em São Luís do Maranhão.

Em Porto Velho (Rondônia), foi realizado o Seminário REDD+ Oportunidades para Rondônia e Amazônia – Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Brasileira

Comitê Regional é reconhecido pelos governadores do GCF-FT

Novembro de 2019

Enfim, o Comitê Regional foi apresentado e reconhecido no 19º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, realizado de 19 a 21 de novembro de 2019, em São Luís do Maranhão. O grupo de trabalho do Comitê Regional constituído no Encontro de Lideranças da Amazônia Brasileira em Rio Branco, foi quem apresentou o documento para os governadores na reunião em São Luís, no MA, que reconheceram a criação do Comitê Regional conforme escrito na Carta de São Luís:

Em São Luís (Maranhão), ocorreu o 19º Fórum de Governadores da Amazônia Legal

“[...] Considerando os compromissos assumidos pelos Governos Estaduais da Amazônia Legal, estes reconhecem e apoiam a criação do Comitê Regional para Parceria dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, no marco da Força Tarefa dos Governadores para Clima e Florestas, vinculado ao Comitê Global e ao Grupo de Trabalho do Comitê Diretivo para Parcerias dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. O Comitê terá por objetivo facilitar o diálogo entre os Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais com os Estados da Amazônia Legal, visando a promoção da participação destes nos processos de consulta e na construção dos componentes indígenas nas iniciativas de pagamento por resultado...”

(Carta de São Luís - 19ª Fórum de Governadores da Amazônia Legal, 2019)

Os governadores terão o compromisso em cumprir e fazer cumprir os acordos e tratados internacionais (Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas e a Convenção n° 169 da OIT) que reconhecem a autodeterminação dos Povos Originários!

Diante da aprovação, o foco do Comitê Regional foi o de trabalhar na estruturação a curto prazo desse espaço criado e, a médio e longo prazo, pensar os muitos desafios de funcionamento necessários para que as ações cheguem de fato nas bases. A prioridade de agenda era a captação de recursos, que o Secretariado Global da Força Tarefa do GCF, naquele momento, ficou de identificar fontes.

É importante destacar que o Comitê Regional é uma relevante conquista para a Amazônia, pois possibilita a participação de povos indígenas e comunidades tradicionais, que são os grandes praticantes de conservação da Amazônia, na construção e governança de políticas públicas voltadas para a conservação de florestas e equilíbrio do clima, que por realizarem a gestão ambiental e proteção de seus territórios contribuem significativamente para a manutenção dos serviços ecossistêmicos e combatem o desmatamento. Por essas e outras razões, os povos indígenas e comunidades tradicionais na Amazônia devem ser os principais beneficiados por essas políticas, além de terem seu papel reconhecido e seus direitos garantidos.



*Encontro em São Luís,
Maranhão.
Foto: Stoney Pinto*

Pandemia do novo coronavírus e ações do Comitê Regional: “Mais fortes juntos”

A partir de março de 2020...

Com o reconhecimento do Comitê Regional, o desafio era fazê-lo funcionar, definir sua estrutura, regimento interno, planejamento e prioridades. E já havia uma agenda programada para o ano de 2020 e com uma reserva de recursos financeiros para execução. A presidente do Comitê Regional, Francisca Arara, iria viajar os estados da Amazônia brasileira para apresentar o Comitê e mobilizar as lideranças para participarem das reuniões e eventos. Contudo, iniciou-se a pandemia da Covid 19 e adaptações e outras ações tiveram que acontecer. Com a impossibilidade do encontro presencial, foram realizadas reuniões online, onde a pauta principal foi encontrar maneiras de o Comitê Regional ajudar os estados no enfrentamento da pandemia, que passou a adoecer e causar a morte de muitos parentes indígenas e extrativistas na Amazônia, nos territórios indígenas e comunidades tradicionais.

Com a impossibilidade das viagens que seriam realizadas, houve uma discussão sobre como o recurso, que seria para cobrir os custos da viagem, poderia ser utilizado no enfrentamento. Como o recurso não era muito, deveria ser utilizado da melhor maneira possível. A primeira intenção foi utilizar na logística para distribuição de insumos nas áreas afetadas pela pandemia, por exemplo: diárias de alimentação e combustível. Aconteceu que o recurso tinha uma regra difícil de ser cumprida para sua execução, o que impossibilitou que fosse aplicado na logística.

Dessa forma, pensando já no período pós pandemia, onde os impactos seriam maiores e a longo prazo, foi definido que o recurso seria utilizado na elaboração de estudos para o enfrentamento do pós pandemia, e foi isso o que ocorreu. Foram contratados consultores que trabalharam em parceria com diversos atores indígenas e parceiros, para desenhar uma estratégia de enfrentamento do pós. O documento ficou conhecido como Plano de Ação pós Covid 19 nos Estados da Amazônia Legal.

Em paralelo, o Comitê Regional, elaborou propostas de ações dos estados da Amazônia Legal do Brasil para a proteção dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais frente à pandemia, produzindo o documento “Mais fortes juntos”.

Foram definidas ações de mobilização de recursos, articulação interinstitucional, disseminação de informações para os povos indígenas sobre cuidados e combate ao Covid 19, distribuição de materiais para higienização e proteção individual, e apoio para a segurança alimentar.

Juntos somos mais fortes porque a gente pode tomar decisões que possam cada vez mais melhorar a participação, a consulta, a transparência e o respeito. Várias cabeças pensando, o trabalho sai mais rico. A gente tem feito isso dentro do Comitê Regional. A participação das mulheres nas tomadas de decisão foi levada em conta, porque essa questão de gênero está bem forte. As mulheres tomaram a frente desse trabalho junto com os homens. A ideia de a gente captar recurso veio no intuito de realizar algumas ações. Recentemente avaliamos os consultores que vão fazer o trabalho sobre os serviços ambientais nos nove estados da Amazônia. Essa consultoria tem que nortear as políticas dos estados em relação ao pós coronavírus, em relação também às queimadas e, o mais importante, que esses consultores possam envolver outras instituições, como as indígenas e a sociedade civil, que é um trabalho que as secretarias de meio ambiente vêm fazendo. Acho que esse trabalho que está no documento "Mais fortes juntos" só será realmente forte se houver esse respeito, se tivermos fazendo juntos, tiver transparência, consulta e ser feito não apenas por uma só pessoa, mas por todos nós.

(FRANCISCA ARARA, 2020)

Com a pandemia atingindo tantos parentes, aumentou a preocupação com os mais velhos e mais velhas das comunidades, uma vez que são os guardiões da memória e da tradição oral indígena. Essas mortes têm consequências irreversíveis para o patrimônio cultural: a morte de um mais velho é igual a uma biblioteca que pega fogo!

Os nossos anciãos são os detentores do conhecimento de toda uma geração e gerações passadas. Eles vêm acumulando os conhecimentos. Nós temos que promover esses conhecimentos não apenas junto ao Estado para implementação de políticas, mas também para a nova geração dos povos indígenas saberem como os mais velhos trabalhavam a questão das mudanças climáticas. Temos que valorizar essa transmissão de saber. Nós temos que automaticamente incluir os anciãos em todo o projeto sobre mudanças climáticas que vier. Temos que mesclar os conhecimentos da academia, das novas tecnologias, com os conhecimentos dos nossos ancestrais. O que é buscado por nós é viver nos territórios de forma digna. Não queremos apenas sobreviver, mas ter uma qualidade de vida que tenha uma boa educação, saúde. A médio prazo, o GCF pode proporcionar isso, dependendo das nossas representações.

(TOYA MANCHINERI, 2020)

Não podemos deixar de lembrar também que o tema da valorização do conhecimento sobre medicina tradicional foi um ponto de consenso importante do grupo. As mulheres são importantíssimas na manutenção dos saberes juntos aos pajés e isso tem sido muito importante para amenizar os riscos da doença!

Estrutura do Comitê Regional

Representantes dos Povos Indígenas, de Comunidades Tradicionais e dos Governos Subnacionais que irão participar do Comitê Regional: cada Estado da Amazônia brasileira membro da Força Tarefa terá representação no Comitê Regional, sendo dois membros titulares e dois suplentes por estado. Serão membros também do Comitê Regional, representantes da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB), e do Conselho Nacional de População

Modo de escolha dos representantes: 1 titular será indicado pelo governo, por já ter atuação na esfera governamental, ou ser identificado por este; e o outro titular será indicado pelos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. Os suplentes seguem o mesmo regimento de escolha dos titulares, 1 indicado pelo governo e o outro pelos povos indígenas e Comunidades Tradicionais. Terá ainda um titular e um suplente das organizações de representação. Esses integrantes tem poder deliberativo!

A indicação dos representantes indígenas nos estados e do seu suplente deverá ser feita com ampla participação e realizando a escolha seguindo critérios de conhecimento geral dos temas objeto de trabalho, de disponibilidade de participação e de igualdade de gênero.

A indicação dos representantes dos Governos Estaduais e seus suplentes, será apresentada pelas respectivas Secretarias de Meio Ambiente, ou instância estadual equivalente, de profissionais com atuação na área de povos indígenas, clima e/ou floresta, preferencialmente indígenas.

A indicação dos representantes, titular e suplente, do CNS, COIAB e UMIAB será feita pelas respectivas organizações.

Função do Presidente do Comitê Regional: além das funções regimentais que sejam definidas, representará o Comitê no diálogo com o Grupo de Trabalho dos Estados do GCF-FT para parcerias com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e com o Comitê Diretivo dos Estado do GCF-FT no Brasil.

Função do Vice-Presidente: substituirá o Presidente quando lhe seja delegada esta responsabilidade.

Função do Secretário Executivo: facilitará o planejamento e realização das reuniões do Comitê e coordenará com o Presidente do Grupo de Trabalho dos Estados do GCF-FT para parcerias com Povos Indígenas e Comunidades Locais.

O Grupo Consultivo que terá vinculação à estrutura do Comitê Regional para Parcerias com Povos Indígenas e Comunidades Locais, sem atuação deliberativa, será formado por entidades de apoio ao movimento indígena e de comunidades tradicionais. O Comitê Regional indicará as organizações não governamentais que devem compor o Grupo Consultivo.

O Comitê não substituirá nenhuma das instâncias de diálogo já criadas nos Estados e outras instâncias de Governo, mas poderá atuar de forma complementar quando solicitado pelas partes, sem sobreposição e prejuízo a ações em execução.



Encontro em São Luís, Maranhão. Foto: Stoney Pinto

A importância da participação das mulheres nos espaços de governança climática

A participação das mulheres indígenas tem sido marcante em vários aspectos. São elas as guardiãs das sementes tradicionais e realizam importante trabalho ambiental que contribui para a regulação do clima. Além disso, também têm participado de forma efetiva no Comitê.

Eu sou Edna Shanenawa e vim me expressar enquanto mulher indígena no contexto que estamos hoje sobre as mudanças climáticas. Hoje, isso afeta diretamente as mulheres, porque nós mulheres somos terra também e a terra tem útero. Ela que produz os frutos sem agrotóxicos para nos alimentar. Somos afetadas porque somos nós que plantamos, que colhemos, junto com nossos filhos nos nossos territórios. Nós tivemos o primeiro impacto quando descobrimos isso.

Para isso, é muito bom ter a participação das mulheres, porque são elas que estão lá dentro, que veem o dia-a-dia da sua comunidade. Não querendo desfazer as lideranças masculinas, porque os caciques saem da aldeia para reivindicar de acordo com as necessidades das aldeias, mas quem fica no território são as mulheres, por isso é importante ela participar. É preciso que coloquem as suas vozes. Com a pandemia não tivemos tantas reuniões, mas quando isso acabar vamos voltar a nos reunir para dialogar para o que é melhor para o nosso território.

(EDNA SHANENAWA, 2020)

O aumento dos desmatamentos e queimadas

O período de queimadas é um momento de bastante atenção e preocupação do Comitê, ainda mais agora com o coronavírus rodeando os territórios indígenas e tradicionais, existe o risco de agravamento por conta da redução da qualidade do ar. As doenças respiratórias podem atacar os povos de maneira irreparável!

A partir dos dados do PRODES/ INPE, para 2020, a Amazônia Legal Brasileira perdeu 10.851 Km². O dado indica aumento de 11,2%, em relação ao ano anterior, e representa o ano mais desmatado desde 2008.

No Acre, foram desmatados 706 Km² de florestas, indicando aumento de 3,51% em relação ao ano anterior, e representando 6,50% do total desmatado na Amazônia Legal. A partir da comparação do ano de 2020, com os demais anos apresentados na evolução do desmatamento no Estado, foi observado que o ano de 2020 foi o mais desmatado, depois de 2004. Os dados do PRODES, segue como parâmetro, o ano juliano (agosto a julho de cada ano), desta forma, os dados mais atualizados são até 31 de julho de 2020.

Complementarmente, para entender as trajetórias das áreas alteradas na Amazônia Legal Brasileira no período a partir de agosto de 2021, são utilizados os dados do Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (DETER/INPE). Os dados que demandam preocupação, por apresentarem aumento considerável em área e número de alertas, foram os notificados a partir de março.

Em março, a área agregada de alterações do uso da terra foi de 367 Km², 12,5% superior ao mesmo período do ano passado, enquanto abril, os alertas abrangeram 580,55 Km² de áreas alteradas, valor 36,8% maior em relação ao mês anterior, e o pior índice da série histórica (a partir de 2016). Em maio, foram notificados 1152,66 Km² de áreas alteradas, representando 39,6% de aumento em relação ao mesmo período em 2020. Essas informações indicam uma tendência recordista de aumento em áreas alteradas e números de notificações na Amazônia Legal.

O aumento expressivo, tem como fatores determinantes a negligência do Poder Público em identificar a materialidade e os autores dos desmatamentos, cicatrizes de incêndios florestais e degradações, como também à política composta por discursos e tratativas com perspectiva de viabilizar as referidas atividades, seja através da omissão, como também, através da aprovação de dispositivos jurídicos que facilitam a regularização de terras oriundas da grilagem.

Estamos plantando de acordo com a nossa ancestralidade, que os nossos pais e nossos avós nos ensinaram, mas hoje, a plantação, os legumes, as frutíferas não estão nascendo. Esse foi o ano de queimada mais forte, principalmente no município de Feijó. Nós estamos com medo de perder sementes da nossa alimentação. Por conta das mudanças climáticas, a nossa segurança alimentar está sendo impactada, porque tem coisas que não vão nascer. A gente vem comprando cada vez mais coisas que a gente não produz na aldeia, por conta das mudanças climáticas. As coisas estão morrendo, estamos perdendo sementes. Toda a região também está perdendo.

(EDNA SHANENAWA, 2020)

Passos seguintes e a importância de fortalecer o funcionamento do Comitê Regional

Já no início de 2021, com o começo da vacinação das populações mais vulnerabilizadas – entre elas os povos indígenas, o Comitê voltou a discutir as pautas que haviam ficado esperando, como: regimento interno, financiamentos por meio de projetos do Green Climate Found (aqui também conhecido como GCF, não confundam com o GCF-FT), ampliação da participação de lideranças e outros.

Para o segundo semestre de 2021 é esperado que o Comitê passe a discutir com intensidade formas de apoiar a construção de projetos que reconheçam o esforço dos povos indígenas e comunidades tradicionais para manter as florestas em pé e gerando serviços ambientais.

Para finalizar, é preciso afirmar, mais uma vez, o quanto é importante a participação, ainda mais nesse momento complicado que o mundo está passando, dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. São eles que fazem um serviço único para o equilíbrio do clima no planeta e garantem uma vida mais saudável.

É por isso que é importante que nós, povos indígenas, tenhamos um espaço, que a gente possa participar dentro da política do GCF, porque queremos um espaço não apenas para preencher sentada, mas para dar nossa opinião, sugerir para aquelas pessoas que querem ajudar os povos indígenas e populações tradicionais. Assim a gente pode trabalhar de forma a pensar como a gente pode salvar nosso território. A nossa participação é muito importante porque as pessoas do governo estão lá. Podemos tratar de que forma a gente pode estar trabalhando.

(EDNA SHANENAWA, 2020)

Creio que o GCF-FT é uma oportunidade muito interessante. Não está substituindo outras organizações já formadas que, na realidade, se somam para podermos fazer com que chegue a nossa voz indígena até esses espaços. Sempre é um desafio muito grande fazer chegar [essas políticas] às nossas comunidades indígenas. Como também o que passa em nível global chegar nas comunidades indígenas. Isso é sempre muito desafiador, por que precisamos de muitos anos de trabalho que [se] possa fazer esse diálogo em nível global e local. Uma questão muito importante que estamos tratando agora é pensar uma estratégia para que, a nível global e local, possamos estar bem articulados. Essa composição vai facilitar bastante para colocar quem é que vai estar nos representando. Uma coisa que eu queria ressaltar, que é muito importante também, é a definição do que vai se decidir nesses espaços, pois isso também vai definir o perfil de quem vai nos representar e levar nossa mensagem. Nós precisamos, enquanto comunidades indígenas, decidir o que vai ser decidido sobre nossas vidas.

(FRANCISCO PIYĀKO, 2019)

Realização:

Comissão Pró Índio do Acre e Associação do Movimento de Agentes Agroflorestais e Ambientais do Acre

Texto:

Estevão Ribeiro, Maria Luiza Ochôa e Stoney Pinto

Edição:

Ana Luiza Melgaço e Vera Olinda

Revisão Final:

Ana Luiza Melgaço

Diagramação:

Camila Martins

Apoio:

Rainforest Foundation Norway